ANO 8.º — Sexta-feira, 24 de Setembro de 1915 — NUMERO 389

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

DIRECTOR E EDITOR
Arnaldo Ribeiro

Propriedade da Emprêsa

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luiz de Camões—AVEIRO

Redacção e Administração, Rua Direita, n.º 54

(AVENÇA)

Carta ao Ex.mo Conselheiro Acacio Pacheco, marechal do Partido Democratico

No ano de 1907, em setembro, numa manhã como a de hoje, luminosa e serena, num modesto compartimento de 2.ª, seguia v. ex.ª para Vizeu, com os delegados dos centros franquistas do sul do distrito. Eram ao todo cinco, mas, quando em Santa Comba puz pé no estribo, encontrei v. ex.ª á portinhola, á frente dos outros, que faziam parede, declarando-me que não havia lugar. Abri a portinhola e v. ex.ª pretendeu cerrá-la—porque o compartimento ia cheio.

Atirei a mala: v. ex.ª arredou-se...

Sentada a companhia, v. ex.ª, curvado, apertando a mão direita á canéla dorida, apresentou-me as suas desculpas:

—Queira perdoar o expediente, mas cada um trata de defender os comodos que conquistou. A's vezes ha desmanchas-prazeres... Não é o caso de v. ex.ª, que é um cavalheiro amavel e corrétissimo e que logo se reconhece ao primeiro *abord*.

Dispensei-me de responder.

Quando o comboio partiu, estava v. ex.ª expondo aos seus companheiros a situação politica do distrito, as necessidades mais urgentes a que acudir, as demissões a dar, as transferencias a realisar, as nomeações a fazer...

E declamava alto:

—O visconde é um imbecil e mal andei em não aceitar o lugar quando o João Franco á fina-força me quiz impôr o govêrno civil. O visconde é um imbecil. Ainda ha dias mo repetia o João Franco, rogando-me o sacrificio de vir aqui montar a maquina. Vim e trago carta branca.

Os outros arregalavam os olhos.

Como era possivel ter tanto talento, tantas relações, tanto poder?!...

A' esquerda da linha ferrea o rio Dão era encantador. O sol rompera a neblina como uma tenuissima gaze e o gorgeio das aves celebrava o dissipar da cerração como uma alvorada. Entre a penedía, a descoberto, macissos de verdura ligavam as duas margens, junto das quaes corriam murmuras correntes á sombra acolhedora dos salgueiros. Na encosta o Granjal repousou sob o soito de carvalhos seculares e nas insuas, entre os milheiraes verdelimo, as nóras gemiam, lentas.

Numa quebrada, ao abrigo do olival fronteiro, um moinho antigo; do fundo obscuro do cabouco o sol arrancava á agua, que espadanava entre o veloz rodizio, um arco-iris, de ouro e pedrarias, que se fundia no rio.

Uma barca descia. E um melro dentre as tranças do arvoredo, desferindo o vôo, respondia com o seu canto alegre, de confiança e de vitoria, ao silvo da locomotiva...

Debruçado á janéla, não soube mais de v. ex.ª nem dos seus companheiros. Só de vez em quando, algumas palavras soltas—ministério, eleições, regedor, Hintze, Luciano, Franco, votos, dissolução—me chegavam aos ouvidos como da longiqua leitura dum artigo de fundo...

* * *

V. ex.ª passou depois o inverno em Vizeu. Estavam presos João Chagas, França Borges, Antonio José de Almeida, Afonso Costa...

V. ex.ª, no Grémio, junto ao fogão, nas longas palestras da Sociedade, não pronunciou nunca a palavra *republicanos:* inventára para ela um sinónimo—*bandidos...* Em agosto de 1910 encontrámo-nos em Coimbra, á meza dum hotel. V. ex.ª era já conselheiro. Dizia-se que ia ser ministro. A cérta altura, v. ex.ª apelidou Afonso Costa de ladrão e assassino. Alguem se levantou e exigiu provas. V. ex.ª gaguejou, desculpando-se, e retirou as palavras que podiam *ofender o grande parlamentar, pelo qual tinha a maior consideração.*

Uma voz perguntou na sala:

—*Quem é esta cavalgadura?*

A cavalgadura era v. ex.ª. V. ex.ª ouviu, e limitou-se modestamente a sorrir, entre confuso e grato...

Com efeito, eu não conhecia v. ex.ª. E só então soube estar na minha presença o conselheiro Acacio Pacheco, néto materno do conselheiro Acacio e néto paterno de Pacheco, dois grandes homens com quem Eça de Queiroz teve a dita de tratar.

* * *

Atravessava eu o Rocio em principios de novembro de 1910 quando v. ex.ª se precipitou nos meus braços, gritando a sua franca e leal adesão. Eu lêra já nos jornaes...

V. ex.ª começou por me dar a consideração de tratar-me por você.

—Lá venho agora do Antonio José. Você sabe que o Antonio José foi sempre o meu fraco. Desde 90 que conspiramos juntos.

Eu opuz:

—Mas não é v. ex.ª o sr. conselheiro Acacio Pacheco que...

V. ex.ª interrompeu, rindo a bom rir:

—Pois aí é que está o melhor da festa. Tudo combinado. Velho carbonario, velho maçon, saiba-o você. Foi um papel dificil, mas sustentei-o com firmeza. Fui escolhido para a mais dificil missão. O que eu minei desde os palacios ás choupanas... Enfim, raiou o glorioso sol de 5 de Outubro. Eis-nos todos juntos, os de 90. Fomos nós, os de 90, que fizémos a Republica. O Afonso Costa ainda agora me disse lá no ministério, apresentando-me ao Bernardino:—eis o nosso grande Acacio, futuro ministro dos estrangeiros. E' que o Afonso, meu intimo, que foi sempre dos meus melhores amigos, sabe melhor que ninguem dos meus trabalhos. Eu lhe conto...

E v. ex.ª contou duas intermináveis horas...

Um alto cargo, sonho na monarquia, tornou-se para v. ex.ª realidade em fins de março de 1911. Mas dois mezes depois v. ex.ª declarava no Martinho que, se o aceitára, fôra para servir, não a Republica, mas a Patria.

Anunciava-se a invasão de Paiva Couceiro...

Perdi v. ex.ª de vista. De culminancia em culminancia, v. ex.ª chegou a Marechal do meu Partido, onde se filiou em janeiro de 1913, dia da sua chamada ao poder. Até então vagueava entre os campos partidarios. Na vespera, a um rebate falso de crise, chegara a escrever uma carta de adesão ao dr. Antonio José de Almeida...

Ministeriavel, v. ex.ª concedeu-me o beneficio de não ter de ouvi-lo. De tão alto, a vista de v. ex.ª não distinguia os simples mortais.

E só voltámos a encontrar-nos em 27 de janeiro do corrente ano, debaixo da Arcada do Ministério da Justiça. Pálido, o monoculo pendente, a barba descuidada, preso duma agitação de lobo caído em armadilha, recriminou tudo e todos, concluindo:

—Se é fatal que venha a monarquia, bemvinda seja! O facto só póde encomodar aos aventureiros, aos ambiciosos ineptos que por um bamburrio fizéram a Republica. O meu caso está bem claro: fuucionário do Estado, devo acatamento á vontade nacional; fui republicano por julgar que o era a maioria dos portuguêses, e filiei-me no partido democratico na convicção de que ele reunia a maioria parlamentar. No fundo, pela minha educação, pelas minhas tradições, monarquico convicto era e monarquico convicto continúo.

Lembra-se v. ex.ª? Em seguida atravessou a rua do Ouro e penetrou na Arcada do Interior. A hesitação atormentava-o. Torcido, quasi convulso, o corpo revelava a alma. Várias vezes pareceu decidido a passar a linha dos elétricos. Por fim, o vulto de v. ex.ª deslocou-se, e, resolutamente, penetrou os hombraes do antigo Ministério do Reino.

V. ex.ª debatera-se numa duvida cruel:—sería mais proveitoso ir inscrever-se no Centro Monarquico, ou deixar ao sr. Pimenta de Castro o seu cartão de cumprimentos?

A prudencia venceu: ficou-se pelo Pimenta de Castro...

Quando em 17 de maio pronunciou o seu discurso de congratulação pelo restabelecimento da Republica, pela fundação da segunda Republica, v. ex.ª tinha ar de um triunfador. Dir-se-ia o dono da Revolução. Nunca v. ex.ª foi mais energico, mais impetuoso, mais brilhante. V. ex.ª encontrava-se no zenite da gloria. Eu encontrava-me no cumulo do espanto...

Não pasmei, pois nem senti mesmo surpreza, quando soube que v. ex.ª, ha dias, na sala dos Passos Perdidos, comentando um pequeno artigo meu, exigia—que o Directorio me expulsasse do partido. E v. ex.ª enunciava o libelo acusatorio:

—Que eu insultára o Directorio...

Eu não agravei o Directorio, castiguei v. ex.ª.

—Que eu faltára ao respeito ao sr. Afonso Costa...

O sr. Afonso Costa merece-lo-ía, se, tolerando-o, não conservasse por v. ex.ª o mais absoluto desprezo.

—Que eu ferira o partido no seu brio...

Desgraçado partido seria aquele que tivésse em v. ex.ª o paladino da sua honra!

—E que jornaes da oposição transcreveram o meu artigo...

Mas em janeiro nenhum artigo de democraticos era transcrito pelos jornaes da oposição, e o golpe de Estado surgiu fulminador.

O silencio sobre a lama não nos valeu para nada.

Se eu tivésse uma posição de destaque no meu partido e uma profunda ligação de amizade com o sr. Afonso Costo, uma e outra, de coração contente, sacrificaria para que as minhas palavras, leais e francas, pudéssem ser ouvidas, e os marechaes, os bons como os máus, os ambiciosos como os desinteressados, os de profunda fé como os arrivistas, pudéssem a tempo reparar. A Republica, a Nação seriam poupadas a mais uma prova—que póde ser a ultima, a derradeira...

A guerra europeia ameaça tornar-se mundial. Sente-se inquieto o nosso partido da paz, constituido pelos nossos homens de guerra... O sr. Alpoim no *nosso Janeiro* dissérta filosoficamente sobre as desgraças da sua querida França e o sr. Julio Dantas vai escrever de novo ás mães portuguêsas para que estreitem bem ao peito os seus filhinhos...

Um novo 20 de janeiro póde não andar longe...

Medite v. ex.ª...

Nessa nova hora de perturbação, v. ex.ª sofreria crueis incertezas. Deveria v. ex.ª nesse momento levar a sua adesão ao sr. D. Manuel II ou ao sr. ministro da Alemanha?

Lopes de Oliveira

Por esta bem elaborada carta do talentoso professor do Liceu Passos Manuel, de Lisboa, conclue-se que, afinal, Acacios Pachecos é o que mais abunda, não sendo portanto os unicos *espertos*, muito embora disso se gabem e com este tenham pontos de contacto, os de ali de baixo, da Vera-Cruz, tambem *marechaes*(!) do Partido Democratico e com a mesma ridicula mania das irradiações quando sentem a espora cravada fundo de encontro ao *sitio* onde mais se dóem...

Apezar de tudo, porém, Lopes de Oliveira vê-se que não tem mêdo de que o expulsem.

Tal e qual como nos sucéde a nós em presença dessas peregrinas ideias manifestadas com o cinico impudor dos verdadeiros camaleões.

Films...

Boatos

Apezar de um tanto ou quanto desvanecidos, continua a correr que os *paivantes* se mexem e conjuntamente muitos dos elementos que entraram no 14 de Maio não apenas para derrubarem a ditadura, mas, e principalmente, para depurar a Republica da podridão que a estava minando, pondo-a no são.

Se é ou não verdade o que se diz, desconhecemo-lo inteiramente. No entretanto quer-nos parecer que, se alguma coisa houvér, isso se deve, em exclusivo, ao govêrno, que não corresponde aos intuitos que determinaram a sua ascenção ao podêr, após os acontecimentos de Maio, á sua molêsa, á sua inércia.

Qual das duas revoluções estalará primeiro? Ninguem se iluda: os *paivantes* teem dado tantas provas de fraquêsa, cobardia e inaptidão, que já ninguem os toma a sério—nem o proprio fugitivo da Ericeira. Cumpre só castigar os seus desmandos. Estará o govêrno pelo ajusto? Até hoje ainda não conseguiu demonstra-lo. E essa a razão porque lavra fundo descontamento nas hostes republicanas e os ralhos se generalisam, dando logar aos boatos que tanto pódem ser pura fantasia como a realidade em perspectiva preconisada por qualquer vidente...

Em qualquer dos casos, o govêrno, só o govêrno é responsavel pelo que se passa no país, mais digno de melhores servidores do que os que possue.

Corôa real

Um banhista da Barra escreve-nos a comunicar a sua admiração por o edificio do farol ainda conservar, á entrada, o simbolo da extinta monarquia e ao mesmo tempo pergunta se não haverá remedio que faça desaparecer aquela coisa velha.

Ha e bom: é arranca-la, dando-lhe o destino das inutilidades.

Animaes

A União Sul-Africana, sabendo ter o ministro da guerra mandado adquirir na Africa do Sul 500 cavalos para serviço do exercito, pediu autorisação para oferecer aquele numero de solipedes ao govêrno português, o que, no dizer do *Camaleão* aveirense, *é uma generosidade muito para agradecer.*

Não o negâmos. De mais tratando-se de burros...

Pela Republica

Os defensores do regimen em Guimarães publicaram um manifesto sobre os ultimos acontecimentos de caracter monarquista que ali se déram, onde se péde justificadamente toda a lealdade na aplicação da lei aos conspiradores, sem excépções, terminando-o por exigirem toda a severidade para os chefes de taes intentonas, que necessario se torna acabem duma vez, pelo muito que o país necessita de paz e concordia.

Entendemos que os republicanos de Guimarães teem carradas de razão.

Na agonia

Que as instituições estão agonisantes, bradam em vários tons os pulhastros que se fartaram de comprometer a decrepita monarquia, já refeitos do susto que apanharam ao desampara-la na hora do perigo.

Não vos afligeis, tartufos, que a doença não é tão grave que se não cure com um energico revolsivo...

O principal está apenas na hora da aplicação... E essa... chegará...

Pela estranja...

Um informador do *Democrata* comunica-nos que anda atualmente por terras de Espanha o advogado Jaime Silva de quem os jornaes se ocuparam ainda ha pouco, dando conta duma reunião de conspiradores contra o regimen no *Hotel Universal*, do Porto.

Anda, sim. E para cumulo até se diz que pelo govêrno civil lhe foi mandado passar o bilhete de identidade na propria casa onde tem escritorio com o fim de evitar a sua ex.ª o encomodo de ir áquela repartição...

Viva la gracia!...

Homenagem

O nosso colega *A Democracia do Vouga*, de Albergaria-a-Velha, publicou no domingo um numero especial, com escolhida colaboração, dedicado ao sr. dr. Afonso Costa, de quem publica o retrato.

O artigo do dr. Eduardo Silva é interessante, como todos os da sua penna.

Pelos campos da instrucção

Em 9 do corrente publicou o *Diário do Govêrno* a lei orçamental do ministério de instrução. E' um diploma bastante extenso e que se nos afigura deveria ser fruto duma ponderada e demorada discussão; mas, se o não foi, tanto peor, pois são amargas as considerações a que se presta e acerados os comentários que os interessados, que, em resumo, são todos os contribuintes, e não sómente os pais dos estudantes lhe fazem.

Não notando que vem prenhe de lugares superabundantes, ora criados, e de utilidade muito problemática, para não assegurarmos, de ânimo leve a sua absoluta dispensabilidade, pelo menos na sua quási totalidade, referir-nos-hemos, por hoje, tam-só, ao agravamento das despesas com que, pela citada lei, são bafejados todos os que pretendam decorar-se com a lustrosa borla de catedrático em 1.º grau de instrução primária.

E note-se que a instrução é obrigatória! Não se esquêçam de que o analfabetismo é um cancro combatido por uma profilaxia especial de disposições legais várias, que já não são de hoje, é bem que se diga, mas que, tambem devemos confessar, não atingiram a méta.

Mas vá de preâmbulos, e leia-se o seguinte:

Art.º 35.º Como garantia da autenticidade dos livros aprovados para o ensino, é o govêrno autorizado a determinar e regulamentar a aposição dum sêlo branco da taxa fixa de $05 em todos os compêndios, não podendo essa importância influir no preço do volume, que será fixado em diploma especial autorizando a sua adopção.

Ora o livro neste bemdito país, que nós, como Tomás Ribeiro, que Deus haja, crêmos que seja

> Jardim da Europa, á beira-mar plantado
> De loiros e de acácias olorosas;
> De fontes e de arroios serpeado,
> Rásgado por torrentes alterosas;
> Onde num cêrro erguido e requeimado
> Se casam em festões jasmins e rosas;
> Balsa virente de eternal magia,
> Onde as aves gorgeiam noite e dia...

o livro, nêste idílico país, tem sido, é e continuará sendo o comestivel espiritual mais caro; e aínda, para contraminar o analfabetismo, o compêndio, a maravilha das maravilhas bíblicas escolares, imposta como um dogma á ignorância dos neófitos da instrução e á liberdade de crítica dos obreiros da mesma,—o compêndio, que não raro é pejado, ou, se preferem, pesado de êrros palmares, vai agora carregar com o contrapêso tributário dum sêlo, um artístico sêlo branco do preço de 50 centavos em cada volume!

Mas, trovejam-nos iracundos aqui do lado, tal imposto é pago, não por quem adquire o livro escolar, mas pelo livreiro-editor, visto que a sua *importância não póde influir no preço do volume, que será fixado em diploma especial autorizando a sua adopção.*

Sim, ilustre Júpiter Tonante, mas leia Vossa Divindade Olimpica o que em 11 do corrente publicava, na secção telegráfica de Lisboa, *O Primeiro de Janeiro*:

Em nome dos livreiros-editores do Porto, estiveram hoje com o sr. ministro da instrucção os srs. Eduardo Lopes e Pereira da Silva, reclamando contra a aposição de um sêlo de 5 centavos nos livros de ensino, sem aumento do seu custo.

Em resumo, e espremendo isto, se é que, com alguma arte, algum liquido se póde ordenhar, o que se vê? Os editores não se importavam com a nova *sumptuária* lançada aos livros escolares, aprovados, desde que a pagassem os pais das *vítimas da instrução*, agora armados em Santos Mártires de Marrocos.

De resto, isto é doutrina firme e assente com tanta segurança e resistência, como resistente e seguro se alça o pico do Everest inabalavel sôbre a cordilheira do Himálaia...

Pois está visto! Porque é que os editores não hãode continuar a vender por 30 centavos uma *escrita* para o 1.º grau, embora o govêrno lhes exija pela aposição do sêlo branco 5 centavos a mais?

... Porque está legislado; a taxa fixa de $05 não póde influir no preço do livro, o qual preço será fixado em diploma especial...

Continuaremos com êste esbôço, a largos traços, pois o que dito fica e o que mais para dizer resta é de molde a satisfazer os mais exigentes na luta contra o analfabetismo, com a Liga Nacional de Instrução á frente.

O NOVO HOSPITAL

Proseguem com grande actividade os trabalhos indispensaveis no edificio hospitalar, recentemente construido, para a sua proxima inauguração, assim como os da rua que lhe deve dar facil acêsso, consoante a deleniou o incançavel provedor desta casa de caridade, sr. dr. Lourenço Peixinho.

Mais de espaço nos havemos de referir á completa transformação por que está passando o local chamado da Senhora da Ajuda, nome que lhe vem da antiga capela daquéla invocação, agora demolida, e que bastante concorre para o embelezamento dum dos pontos mais pitorescos da cidade.

RIFA

Em Aradas têve logar no domingo a rifa da melancia monstro que esteve em exposição no estabelecimento do sr. Alberto Rosa, assim como a de duas enormes pêras, cabendo aquela ao possuidor do bilhete n.º 179, e estas ao sr. Jacinto Agapito Rebocho, para as quais se tinha habilitado.

Bom proveito...

EIS AQUI...

OS BARRIGUISTAS ao serviço da Republica

ACLARAÇÃO

«No seu n.º de 16 do corrente escreve o nosso camarada local *Riso do Vouga*:

«Como toda a gente sabe, o sr. Acacio Rosa há muito se despegou da politica, para, cheio de desilusões, se entregar ao cumprimento dos seus deveres oficiaes, empregando os seus ocios na vigia das suas propriedades e na cultura das suas flôres.

Absolutamente arredado do soalheiro e das intrigas dos partidos, o sr. Acacio Rosa limitou-se, na eleição passada, a usar do seu direito de livre cidadão, votando a sua lista, que positivamente e de modo averiguado recaiu nos nomes dos srs. drs. Barbosa de Magalhães, Marques da Costa e Brito Guimarães.»

Uma muito ligeira modificação ha a fazer de harmonia e em homenagem á verdade: o sr. Acacio Rosa não votou o nome do sr. dr. Barbosa de Magalhães em Aveiro porque esse voto seria inutil visto como o ilustre deputado se propunha por Oliveira de Azemeis. Votou o do dr. João Elisio Sucêna em sua substituição, e votou-o por si e pelos seus amigos, que os tem em numero e qualidade. Votou e fez votar em republicanos, tendo muito antecipadamente oferecido ao sr. dr. Barbosa de Magalhães, que muito aprecia as suas qualidades de caracter, de trabalho e de inteligencia, o seu inquestionavel valor politico na sua terra.

O sr. Acacio Rosa é, de facto, um amigo e um admirador do sr. dr. Barbosa de Magalhães. Está, por simpatía, ao seu lado. Votou dois dos nomes da lista da sua indicação, e um da sua escolha pessoal, mas republicano.

Póde alegar-se em seu desfavor quanto á má indole apraza. A verdade é que á frente do Govêrno Civil está um homem de inteiro bem, que não procederá por simples indicações, neste ou em casos similhantes.

O sr. dr. Eugenio Ribeiro sabe bem que daqui se lhe fala a linguagem da verdade e é absolutamente incapaz de se deixar seduzir pelo canto da sereia.»

FLORES DO OUTONO

«Aveiro não tem simplesmente as tradições das suas marinhas e das suas paisagens. Desta terra saíram os primeiros gritos de liberdade nessa alvorada esplendida das lutas constitucionaes.

A nossa historia local póde, por vezes, mostrar esmorecimentos e fraquezas, mas mostra tambem, através de todos os tempos, paginas bem nitidas da nossa valentia e da nossa heroicidade.

El-Rei D. Manuel conhece Aveiro pelos encantos da sua natureza fertil. Já aqui sorriram os seus olhos, mas— dolorosa recordação! —esses sorrisos, hoje talvez avivados no esplendor de uma situação delicada, serão espinhos de uma saudade bem profunda e duradoura.

O novo Rei não vem hoje a Aveiro para cantar mocidades á sombra das nossas arvores ou sobre o espelho da nossa ria. Já não vem pelo braço de seu irmão querido, esse irmão desgraçado, em pleno triunfo de felicidade infantil.

Acabaram para ele as primaveras em que se canta e sorri numa vida descuidada, cheia de amor e de esperanças.

Não quereriamos que El-Rei D. Manuel sofresse com esta recordação tristissima, inicio tragico do seu reinado, mas nós tambem sofremos, tambem é grande a nossa dôr, porque sabemos sentir e todos temos coração. Póde, pois, Sua Magestade lêr estas linhas, póde deixar caír dos olhos uma lagrima, porque todos a compreendemos. Essa lagrima não é sómente a lagrima restricta de um bom filho e de um irmão querido perante o tumulo infamemente aberto; é a lagrima de um povo, é o sentimento que a todos nos domina.

El-Rei D. Manuel vem hoje a esta terra investido na sua alta posição de soberano, e, por isso, olhará mais para as nossas tradições, para os costumes e para as necessidades do nosso povo do que propriamente para as nossas paisagens, aliás cheias de luz e de encantos. As tradições da cidade de Aveiro, liberaes e monarquicas, hão-de mostrar a El-Rei que o regimen que dignamente representa é um regimen que não só se respeitou aqui sempre, mas, mais do que isso, um regimen pelo qual se sacrificaram muitos dos nossos antepassados.

José Estevam, Mendes Leite, Moraes Sarmento, Francisco Lourenço de Almeida, Joaquim José de Queiroz, toda essa ala épica de namorados pela liberdade, inscreveram as mais belas paginas no livro de oiro da nossa historia.

Em uma das nossas praças fala o bronze de uma estatua. Dir-se-ía que daquéla massa inerte irradia ainda aquéla luz intensa que iluminou os campos da batalha e as lutas agitadas do parlamento.

Seja bemvindo, pois, á nossa terra, o bom Rei de Portugal. De um recanto da minha aldeia, onde ha trabalhos e flôres, **onde aprendi a ser monarquico desde os dias saudosos de uma mocidade que se afasta,** daqui, deste retiro sereno, onde cantam aves e a planicie se veste de verdura, eu colho as primeiras violetas e ofereço-as orvalhadas ainda desse orvalho que todas as manhãs pisamos, nós, os lavradores, os trabalhadores da aldeia, os que só sabemos respeitar as tradições liberaes da nossa terra e cantar um hino de amor áquele que, vindo de uma desgraça imensa, simbolisa hoje as glorias da nacionalidade portuguêsa.

Verdemilho, 27—11—908.

Acacio Rosa»

Estas transcripções fazemo-las: a primeira do ultimo numero do *Camaleão*, saído no dia 18 do corrente e a segunda, com o titulo—*Flores do outôno*—do numero que o mesmo *democratico* papel dedicou á visita de *El-Rey o Senhor D. Manuel II* a Aveiro, em novembro de 1908.

Ambas veem a proposito das convicções politicas do sr. Acacio Rosa, a quem não desejâmos mal nenhum, pois sendo afeiçoado do sr. Barbosa de Magalhães, *que muito aprecia as suas qualidades de caracter*, além do resto, a mais excelente virtude do homem que permanece constante na opinião ou ideia que formou uma vez, no partido que adoptou, na resolução que tomou, apezar das contradições que se presentem, ou dos trabalhos e desgraças que possam sobrevir, só com isso nos podemos congratular atenta a conversão do antigo redactor do orgão franquista local aos modernos ideiaes...

Vê-se agora que o sr. Acacio Rosa, amanuense do govêrno civil, se sé dizia monarquico era apenas... *para não desmanchar prazeres*... Percebemos...

Honra aos grandes e impolutos caratéres!... E, quando eles se abraçam, se ligam, se estreitam, honra duas vezes!...

ROMARIAS

A'manhã e domingo tem logar na Costa Nova a tradicional festa da Senhora da Saude, para a qual muito ha contribuido nos ultimos anos o esfôrço e boa vontade em mante-la, atravez as maiores dificuldades, do honrado negociante ilhavense, Cipriano Mendes, um dos mais arreigados amigos da praia.

A vespera constará de deslumbrante iluminação junto á capéla, variado fôgo, imitação do de Viana, e musica, que tocará num corêto durante a noite, sendo de prever que a esta hora já ali se encontre o mestre Venancio a *mimosear* os banhistas com as suas infernaes variações de flautim acompanhado a rufo e bombo.

Tambem ali é esperado este ano o homem das vistas a pataco, de inconfundivel sucesso, principalmente as que representam *a menina das pernas gordas, o engraxador chinez e a mulher zangada com o marido na cama de guarda chuva aberto*, isto além doutros divertimentos, como a rolêta, a vermelhinha, rifas e tudo quanto é susceptivel de animação naquéla noite de extraordinaria concorrencia á praia.

O domingo é destinado ao culto, efectuando-se a procissão, que percorrerá o itenerario dos anos anteriores, logo a seguir á missa cantada.

Desta cidade, quer nesses dois dias quer na segunda-feira, em que se realiza tambem a festa da Senhora dos Navegantes, na Barra, haverá ineterruptas carreiras de automoveis e carros para as duas praias, que assim regorgitarão de forasteiros na fórma do costume.

CRUELDADE

Ha algumas noutes que, como nós, muita gente tem visto, dormindo nas soleiras das portas, um rapazinho que, abandonado, vagueia noute e dia por essas ruas, sem rumo nem agasalho.

Ante-ontem, testemunhas mais uma vez desse espectaculo, indagamos da pobre creancinha a razão do seu abandono. Disse-nos que a mãe o deixava desamparado, ao Deus dará, aparecendo-lhe só de dias a dias. Supõe que esteja em Ilhavo, chamando-se Maria dos Anjos. Conduzimos o desgraçadinho onde lhe dêssem comida e cama. Lá ficou. Mas ao sr. comissario de policia compéte procurar saber quem é essa mulher tão desalmada, que assim esquece os seus deveres, intimando-a, sob pena da aplicação da lei, a que não continue abandonando o filho, crueldade que afronta todos os sentimentos sagrados de quem merece o nome augusto de mãe.

OS DRAMAS NO MAR

Pela Comissão Aveirense de Socorros a Naufragos, são concedidas pensões ás familias dos tripulantes da barca "Africana,,

Não foi em vão que aqui, em nome de todos sentimentos da humanidade, dando conta da catastrofe que arrebatou a tripulação da barca *Africana*, pedimos o socorro indispensavel para os infelizes que essa desgraça envolvera nos tristes crépes da viuvez e da orfandade.

Sob a presidencia do ilustre capitão do porto, sr. Jaime Afreixo, reuniu a Comissão de Socorros a Naufragos, deliberando, em vista das circunstancias aflitivas em que aquelas pobres familias se encontram, como o *Democrata* indicára, que fossem arbitradas as seguintes pensões: a Rosa dos Santos Sereno, 72 escudos por ano; a Joana Nunes, 60; a Maria dos Santos Ferreira, 48; a Luiza de Jesus Silva, 36; a Joana Rosa Serrana, 24, pensões que serão abonadas durante tres anos e a Maria Bartolo, 12 escudos por uma só vez.

Em nome das contempladas, consignâmos não só todo o reconhecimento pelo acto de caritativa justiça que foi praticado, mas ainda a decidida bôa vontade com que o digno capitão do porto e os seus colégas da comissão, acudindo ao nosso apêlo, tornaram menos pesada uma situação sob todos os pontos de vista dolorosa e triste.

Bem hajam todos quantos para tal fim concorreram.

A separação dos funcionarios

Para conhecimento de todos vamos arquivar neste jornal os nomes dos individuos que, nos termos das leis, e decreto regulamentar, sobre a separação de funcionarios civis e militares, foram escolhidos para formarem, em cada ministério, uma comissão destinada á organisação dos respectivos processos, e que só no dia 18 ficaram definitivamente constituidas pela seguinte maneira, devido a terem-se dado várias recusas:

Ministério do Interior

Dr. Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho, director da policia de investigação criminal de Lisboa.

Dr. Abraão Mauricio de Carvalho, deputado.

Anibal Lucio de Azevedo, deputado.

Ministério da Justiça

Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, presidente da Relação de Lisboa.

Dr. Bernardo Nunes Garcia, juiz da mesma Relação e deputado.

Dr. Anacleto da Fonseca Matos e Silva, curador geral dos orfãos na comarca de Lisboa.

(Nomeados em substituição dos srs. drs. Abel de Pinho, César Augusto dos Santos e Virgolino Chaves, que pediram escusa).

Ministério da Marinha

Julio José Marques da Costa, vice-almirante.

Jaime Daniel Leote do Rego, capitão de fragata e deputado.

José de Freitas Ribeiro, capitão-tenente e deputado.

Ministério das Colonias

Dr. Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, juiz da Relação e deputado.

Jorge Fradesso de Salazar Moscoso, capitão de fragata.

Tomaz de Souza Rosa, tenente-coronel de cavalaria e deputado.

Ministério dos Estrangeiros

Dr. Antonio Augusto de Almeida Arez, juiz da Relação.

Dr. Artur Duarte de Almeida Leitão, deputado.

Manuel Dias Ferreira, funcionario administrativo.

Ministério das Finanças

Dr. João Canavarro Crispiniano da Fonseca, deputado.

Marcos Cirilo Lopes Leitão funcionario da Penitenciaria.

Luiz Julio Dias Soares, funcionario dos hospitaes.

(Nomeados em substituição dos srs. João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes, Ruy Teles Palhinha e Apolinario Pereira, que pediram escusa).

Ministério do Fomento

Bernardo Meireles Leite, juiz de direito.

Americo Olavo Correia de Azevedo, deputado.

Antonio Alves de Matos, guarda-livros.

(Nomeados por portaria de 16 deste mez, em substituição dos srs. dr. Mario Ferreira da Rocha Calixto, Ernesto Julio Navarro e Jaime Cortezão, que pediram escusa).

Ministério da Guerra

Antonio do Carvalhal da Silveira Teles de Carvalho, general comandante da Guarda Nacional Republicana.

Antonio Maria Batista, tenente-coronel do regimento de infanteria 16.

Dr. João de Oliveira Costa Gonçalves, juiz auditor do 2.º tribunal militar territorial de Lisboa.

Ministério da Instrucção Publica

João Lopes Soares, vogal do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Dr. Antonio Carlos Cardoso de Lemos, professor do Liceu Passos Manuel.

Dr. Abilio Correia da Silva Marçal, deputado.

(Os dois ultimos foram nomeados em substituição dos srs. dr. Julio de Matos e Helder Ribeiro, que pediram escusa).

Nestas comissões estão incluidos nomes de republicanos dos velhos e saudosos tempos da propaganda, decérto animados dos melhores intuitos, mas outros ha que, tendo pertencido aos partidos da monarquia, como um juiz que foi dos mais encarniçados inimigos dos republicanos, contra quem exerceu as maiores violencias, chegando-os a condenar por incursos na execranda *lei de 13 de Fevereiro*, não pódem exercer essa missão delicada sob pena de se perverter uma obra que apoiamos em principio, pelo muito que a Republica tinha a beneficiar com ela, mas que hoje é quasi impossivel tolerar tal a série de disparates já cometidos sem respeito nenhum pela dignidade do regimen. Falta-lhes a autoridade indispensavel. E desde que assim é, nós, republicanos, temos todo o direito de nos insurgirmos, apontando-lhes o verdadeiro caminho—rua!

PRINCIPIO DE INCENDIO

A coragem dum empregado comercial para evitar uma grande catastrofe

Na passada segunda-feira desta semana, cêrca do meio dia, no estabelecimento comercial do sr. Domingos Leite, á rua de José Estevam, procediam á lacragem dum garrafão de alcool, quando, pela aproximação demasiada da luz, o liquido se inflamou.

Sem um momento de vacilação, medindo com absoluta nitidez a grandeza da catastrofe que de ali poderia resultar, o guarda-livros da casa, sr. João Maia, pegou no garrafão e conduzia para fóra do estabelecimento onde não causaria dâmno.

O seu intuito, porém, não se chegou a realisar por quanto ao chegar á porta já tinha a mão e braço direitos grávemente queimados pelo que deixou cair a vasilha. Inflamando-se então todo o liquido, este levantou grandes chamas, que alcançaram o fato do sr. Maia, cuja salvação a deve ao expediente que tomou de se atirar á ria, que junto passa. A pouca distancia estava uma das lanchas do serviço da Capitanía, de bordo da qual a praça 3611 lhe prestou imediato socorro, conduzindo-o depois para terra, afim de lhe serem feitos os primeiros curativos na farmacia Brito, onde o acompanhou.

Entrementes as torres davam sinal de incendio, juntava-se imenso povo atraído pelos gritos das pessoas que chegaram primeiro ao local do sinistro, as duas corporações de bombeiros compareciam com o seu material, mas, felizmente, a essa altura já o maior perigo havia desaparecido pelo que não foram utilisados os seus serviços.

Este acontecimento impressionou quantos conhecem o zeloso empregado da casa do sr. Domingos Leite, tanto mais que á sua coragem e sangue frio se deve o não ter havido uma das maiores catastrofes que poderiamos presenciar, se o incedio se alastrasse, atendendo á grande porção de ingredientes que existem no estabelecimento e que decérto seriam um poderoso auxiliar para a sua propagação, a que não escaparia a arcada.

A' hora a que escrevemos o estado do ferido é *animador*, acentuando-se, *felizmente*, as suas melhoras.

Onde está o homem está o perigo, e é bem cérto.

Notas mundanas

Abraçámos no fim da semana preterita nesta cidade o nosso presado amigo Joaquim Paulo, muito digno escrivão de direito na Guarda, que á Costa Nova veio matar saudades visto lhe ter sido impossivel permanecer durante a época balnear nesta maravilhosa praia.

Deu á luz um menino a esposa do sr. Eduardo Coelho da Silva, proprietario da Chapelaria Ideal, a quem felicitâmos.

Já retirou para Coimbra com sua familia, o sr. major Pires Moreira.

Está este ano a veranear na Costa Nova com sua esposa e filhos, o sr. dr. Alfredo Coelho de Magalhães, ilustrado professor e senador da câmara do Porto.

Consorciou-se com a menina Rosa Ribeiro da Rocha, galante filha do sr. Amandio Ribeiro da Rocha, do Bomsucésso, mas ausente na capital dos E. U. do Brazil, o professor diplomado, sr. Manuel Estudante.

Com os nossos parabens aos noivos desejâmos-lhe uma eterna lua de mel.

Afim de tomar parte no Concurso Nacional de Tiro, segue âmanhã para Lisboa o 1.º sargento do 24 de infanteria, Celestino Batista da Silva.

Completou ontem o seu primeiro ano o filhinho mais novo do nosso amigo sr. Antonio Felizardo, de nome Carlos.

Com sua familia foi estar alguns dias em Azere, o sr. Antonio Rodrigues Mendes Castanheira, tenente-coronel de artilheria de reserva.

Regressou de S. Pedro do Sul com sua filha o sr. Teixeira Botelho.

Como se entende que seja democratico o sr. Acacio Rosa, como o *Camaleão* deseja, se ainda na ocasião da ditadura era o empregado de mais confiança do governo civil?

Major Pala

Noticias de Angola, recebidas telegraficamente, dão conhecimento da morte deste brioso militar que tanto trabalhou na revolução de 5 de Outubro de 1910, distinguindo-se pela fórma como preparou artilheria 1, a cujo regimento pertencia desde 1907, para o combate contra as velhas e carcomidas instituições monarquicas.

O distinto militar foi deputado ás Constituintes onde não aprovou a pensão e promoção concedidas a Machado Santos, sendo novamente eleito para a atual Câmara pelo circulo oriental de Lisboa.

Como está assente que o cadaver venha para a metropole, á sua chegada ser-lhe-ão prestadas as honras funebres a que tem inquestionavel direito.

Pela instrucção

O *Diario do Governo* publicou os decretos, creando tres escolas mixtas no concelho de Ilhavo, sendo uma na Chouza Velha, outra na Légua e a terceira na Gafanha da Encarnação.

Petição

—=(*)=—

Um grupo de empregados publicos das colonias trabalha atualmente no sentido de obter que lhes sejam estabelecidos vencimentos de categoria iguaes aos que recebem os funcionários do Ministério das Colonias, pensando enviar ao respectivo ministro o seguinte requerimento logo que achem oportuna a ocasião:

Ex.mo Sr. Ministro das Colónias:

Os abaixo assinados vêm respeitosamente expôr a V. Ex.ª um assunto que reputam da maior Justiça para si e mais funcionários públicos das colónias.

Em obediencia, de cérto, ao critério de reduzir os encargos que ao Estado acarretavam as antigas aposentações dos funcionários coloniais, tem-lhes sido fixados vencimentos de categoría insignificantissimos, quer em relação á totalidade dos proventos de cada um, quer comparados com os vencimentos de categoría dos funcionários dos Ministérios, especialmente dos das Colónias e das Finanças, reorganizados depois da proclamação da Republica.

Da aplicação deste critério resultaram até reduções de categorías em algumas reorganisações de serviços (Obras Publicas, Fazenda, Telegrafos, etc.). Mas se, na verdade, tal critério tinha certa justificação antigàmente, ele deixou completamente de a ter desde que o decreto de 27 de Maio de 1911 impôz aos funcionários das colónias a obrigação de descontarem para a Caixa de Aposentações, cujas receitas (está provado) cobrem os encargos do pagamento das pensões de aposentação.

Assim, fica sem justificação alguma possivel a flagrante e injusta desproporção entre os vencimentos denominados de categoría dos funcionários das colónias e os da metrópole. Se bem que a exiguidade desta parte da remuneração dos funcionários das colónias não tenha influencia de maior na actividade do serviço, tem-na, e importantissima, nas situações de licença e aposentação.

Para não alongar demasiadamente esta exposição, abstêm-se os requerentes de evidenciar quanto a categoría da maior parte dos funcionários coloniaes é insuficiente para, na situação de licença por motivo de daença ou por diuturnidade, ocorrer, ao menos, ás despezas de uma modestissima alimentação, quanto mais para as outras necessidades imprescindiveis da vida.

Quanto á desproporção dos vencimentos na situação de aposentados, julgam os requerentes ser muito elucidativa a nota comparativa que a seguir apresentam, a qual (estão convencidos), só por si, decidirá V.ª Ex.ª a reconhecer a Justiça que assiste aos funcionários das colónias:

Chefe de divisão da Administração Geral dos Correios e Telegrafos, aposentado com a pensão de 1.280$ (*Diario do Govêrno* n.º 67 de 1914, pag. 1016). O director dos correios ou dos telegrafos de Angola tem a categoría de 720$, maximo da sua aposentação;

Primeiro oficial da Direcção Geral da Contabilidade Publica, aposentado com a pensão de 1.080$ (*Diario do Govêrno* n.º 1 de 1915, pag. 2). Um primeiro oficial de Fazenda de Angola tem a categoría de 400$;

Primeiro oficial dos correios de Lisboa e Porto, aposentado com a pensão de 1.080$ (*Diario do Govêrno* n.º 90 de 1915, pag. 1162). Um primeiro oficial dos correios de Angola tem a categoría de 450$;

Segundo oficial da Junta do Crédito Publico, aposentado com a pensão de 840$ (*Diario do Govêrno* n.º 15 de 1915, pag. 214). Um segundo oficial de Fazenda de Angola tem a categoría de 300$, pouco mais de uma terça parte;

Primeiro aspirante dos telegrafos e primeiro aspirante dos correios, aposentados com a pensão de 600$ (*Diario do Govêrno* n.º 73 de 1915 e 68 de 1914, pag., respectivamente, 922 e 1940.) Um primeiro aspirante dos correios ou dos telegrafos de Angola tem a categoría de 240$;

Segundo aspirante do quadro telegrafo-postal, aposentado com a pensão de 480$ (*Diario do Govêrno* n.º 186 de 1914, pag. 2872). Um segundo aspirante dos correios ou dos telegrafos de Angola tem a categoría de 192$;

Carteiro de primeira classe do Porto, aposentado com a pensão de 342$ (*Diario do Govêrno* n.º 253 de 1914, pag. 3906).

Verifica-se, Ex.mo Sr., esta coisa extraordinária e deprimente para os funcionarios coloniaes: um segundo aspirante dos correios e telegrafos de Portugal ter melhor aposentação do que um primeiro oficial do mesmo serviço de Angola; e que um simples *carteiro* tem aposentação quasi igual á de um segundo oficial dos correios de Angola e superior á de um segundo oficial dos telegrafos! Nos outros serviços a desproporção é igualmente flagrantissima e humilhante!

Ao desejo dos funcionários das colónias, traduzido nas considerações precedentes, pódem opor-se objecções fundadas no prejuizo que para a Caixa das Aposentações resultaria da concessão de aposentações, nos primeiros futuros anos, com pensões correspondentes ás novas categorías, sem que a Caixa tivésse recebido as cotas correspondentes a essas pensões. Este prejuizo é, porém, facilmente remediavel, desde que na lei da melhoria se estabelecesse que os funcionários que pretendessem aposentar-se seríam obrigados a continuar descontando para a Caixa das Aposentações durante um tempo proporcional áquele em que os descontos sofridos tivéssem sido na razão das atuais categorías, ou mesmo sem limite de tempo, tal como se praticou com os oficiaes que obtiveram reformas vantajosissimas, pelo sistema da equiparação. (E a proposito de reformas de oficiaes não será ocioso recordar que, ao passo que aos funcionários civis é feito o desconto de 5 %, os oficiaes sofrem apenas o de 2 %, e tem atualmente, com o sistema das percentagens, reformas que se pódem reputar como correspondendo ao triplo das dos funcionários civis de equiparadas graduações. Justo sería, tambem, que as aposentações dos funcionários civis fôssem calculadas em função do tempo de serviço total prestado, como se pratica com as reformas dos oficiaes).

Provado como está de ha muito que as receitas da Caixa das Aposentações cobrem os respectivos encargos, e sendo certo que outros prejuizos não advêm para o Estado da elevação das categorías dos funcionários das colónias, os requerentes, confiados em que o Govêrno da Republica mais uma vez fará Justiça, respeitosamente

Pedem a V. Ex.ª que seja publicada uma lei que aumente os vencimentos de categoría dos funcionários das colónias, equiparando-os aos dos de igual graduação do Ministério das Colónias ou do das Finanças, estabelecendo-se as devidas proporções aos daqueles que nesses Ministérios não tem categoría correspondente.

Esta elevação de categorías poderia efectuar-se á custa do vencimento de exercicio, caso não seja julgada oportuna a ocasião para uma revisão completa dos vencimentos dos funcionários de todos os quadros e serviços das colónias, aumentando os que estão manifestamente mal remunerados (que são muitos), quer relativamente aos serviços que lhes são exigidos, quer comparativamente com outros de iguais categorias de outros quadros.

A questão deve ser resolvida antes da publicação da regulamentação da autonomia administrativa e financeira, como deliberaram os srs. Francisco Marques da Silveira, Tomás Macaulay Morbey, Francisco de Castro e Silva, Jorge Marques, Alfredo Augusto de Barros, Carlos Alberto Botêlho Godinho, Luís Antonio de Barbosa Osorio e Honorato Julio de Mendonça, que foram dos primeiros a interessar néla os seus colégas.

Necrologia

Sucumbiu na quarta-feira aos estragos da tuberculose a sr.ª D. Estéla Miranda, gentil filha do sr. Eduardo Miranda, ha pouco regressada da serra onde tinha ido procurar alivios para o seu doloroso sofrimento.

Nova ainda, calculâmos o profundo pezar dos que intimamente a estimavam motivo porque daqui lhes enviâmos sentidas condolencias acompanhando-os na sua enorme dôr.

* * *

A' hora de entrar o nosso jornal na maquina chega-nos a noticia de ter falecido tambem em Vagos o pae do dr. Vasco Rocha, a quem egualmente apresentâmos os pêsames desta redacção.

Comunicados

—=(*)=—

Uma arbitrariedade

Sr. Redactor

Estando eu no dia 8 de setembro, pelas 15 horas, na Praça da Republica conversando com o meu amigo Manuel Tavares, acercou-se de nós o policia 18, aqui destacado, e convidou-nos a sermos testemunhas duma infracção á lei *(20, dizia)* falando-nos da seguinte fórma:

—O comerciante Joaquim Simões Dias tem a porta do seu estabelecimento meio aberta e desejo que sirvam de testemunhas, visto que o quero autuar.

Respondemos-lhe que não achavamos justo tal procedimento porque além de não ser dia obrigatorio de encerramento, visto que apenas por espontanea vontade dos comerciantes se havia encerrado o comercio para demonstrarem o seu regosijo pela chegada a esta vila do batalhão de infanteria 24, aqui de passagem em escola repetição, e além disso porque o dito comerciante não tinha outra porta para serventia dos aposentos particulares onde reside com a familia e não fazia negocio nésa ocasião.

O guarda foi mandado autuar o dito comerciante, diz-se, pela mãe do administrador, sr. Armando Castéla. Pelo já exposto e em vista disto, entendi não dever obediencia á intimação e fui passear. Passado uma hora pouco mais ou menos apareci proximo do local onde se déra este facto, junto com alguns amigos e então novamente o guarda se me dirigiu intimando-me, mas sem entregar qualquer mandado, a que comparecesse na administração do concelho, no dia seguinte, pelas 11 horas. Perguntando-lhe o motivo de tal intimação respondeu que não tinha satisfações a dar-me e que devia cumprir as ordens que me dava.

Ora como não me entregasse um mandado, como é costume, eu dispunha-me a retirar quando ele brutalmente me deu voz de prisão á ordem do administrador, obedecendo eu, e seguimos á presença do sr. Castéla que se achava proximo do local.

Lá chegados, pedi ao administrador que me explicasse o motivo da minha prisão. Não me respondeu e dirigindo-se ao guarda perguntou se eu tinha desobedecido, ao que ele respondeu afirmativamente, dizendo então o administrador, sem mais formalidades —siga.

Fui para a cadeia, onde estive 4 horas, e donde saí por um mandado escrito do mesmo administrador.

Convém agora explicar qual foi o motivo desta arbitrariedade, visto que os casos que aponto acima foram sómente pretextos.

Os motivos foram os que a seguir exponho e que denotam uma mesquinha vingança.

Ha cêrca de tres anos o atual administrador efectivo, era apenas substituto. Como, porém, o logar era magro, pediu a sua demissão por mais de uma vez e por fim o administrador efectivo, sr. dr. Eugenio Ribeiro, deu-lhe a demissão nomeando para o substituir o sr. Alvaro Vidal.

O sr. Armando Castéla foi ás nuvens e resolveu ir ao Centro Escolar Republicano para aí atacar o sr. dr. Eugenio Ribeiro, em virtude de ele ter feito a nomeação do sr. Vidal sem consultar as comissões politicas. Convidou várias pessoas para o apoiarem, entre outras o sr. Jessé e filhos que acederam e tambem me convidaram mas eu neguei-me. Fui ao Centro e num dado momento disse que efectivamente o sr. dr. Eugenio Ribeiro não tinha procedido de harmonia com a lei organica, mas que o sr. Armando nada tinha a dizer visto que fôra nomeado nas mesmas condições.

E' claro que desde então ficámos inimigos e foi para cevar a sua vingança que ele mandou arbitraria e ilegalmente prender-me.

Não foi só da minha humilde pessoa que ele se quiz vingar, pois até aos proprios protectores, dr. Eugenio e dr. Alegre, ele já atacou, sem razão, no jornal *A Liberdade*.

Convém frizar que este senhor apezar da sua apregoada honradez, que eu não conheço, aceitou por ultimo o logar de administrador efectivo deste concelho *sem que as comissões politicas fossem ouvidas*.

E assim temos uma administração de odio para perseguir correligionarios e andar á caça.

Agueda, 17 de setembro de 1915.

Antonio Augusto Leite

O DEMOCRATA

Assinaturas

(Pagamento adeantado)

Ano (Portugal e colonias)	1$20
Semestre	$60
Brazil e estrangeiro (ano) moeda forte	2$50
Avulso	$02

Annuncios

Por linha	4 centavos
Comunicados	2 »

Annuncios permanentes, contrato especial.

Toda a correspondencia relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

O sr. Acacio Rosa, *amanuense do governo civil*, agora discutido em vários jornaes por causa duma pseudo-perseguição, torna-se necessário que todos saibam—**votou e fez votar em republicanos, tendo muito antecipadamente oferecido ao sr. dr. Barbosa de Magalhães, que muito aprecia as suas qualidades de caracter, de trabalho e de inteligencia, o seu inquestionavel valor politico na sua terra.**

E' extraordinario que um **monarquico por convicção inabalavel** assim proceda, mas escreve-o quem para isso, decérto, recebeu autorisação.

Republicano, o sr. Acacio Rosa! Póde contar que o sr. Barbosa de Magalhães não o dispensa: vai a ministro!...

Se até lá não tivér desaparecido o reinado dos farçantes...

Declaração

Manuel Diniz Ferreira, do logar de S. Bernardo, distrito de Aveiro, declara para os devidos efeitos que se não responsabilisa por qualquer divida que sua esposa d'ora ávante contraia.

S. Bernardo, 20 de Setembro de 1915.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

CORRESPONDENCIAS

Angeja, 20

Festa republicana

Comemorando o 2.º aniversário da fundação do Centro Escolar Republicano Democratico de Angeja, realizou-se ontem uma sessão soléne a que presidiu o cidadão Abel da Silva Maio, sendo secretariado pelos cidadãos Eduardo de Oliveira Santos e Fernando Nogueira Trindade, vogaes da direcção da sua Delegacia em Lisboa.

Usou da palavra o cidadão Adelino da Silva Bastos que enalteceu a obra filantropica e instrutiva deste Centro, Eduardo de Oliveira Santos e o professor oficial da escola primaria de Albergaria em nome de todo o professorado do concelho. Todos os oradores foram vibrantemente aplaudidos pela numerosa assistencia entre a qual notámos os cidadãos João Luiz Rezende, director de *A Democracia do Vouga*, sua esposa e gentis sobrinhas, Bernardino Maria da Costa, proprietario de Albergaria, etc., etc.

Foi distribuido a 20 creanças várias peças de vestuario e distribuido a 60 pobres uma esmola de $10.

Na mêsa leu-se uma saudação do cidadão Venancio da Silva Matos, outra dos consocios da Delegacia em Lisboa e um telegrama do socio Manuel de Oliveira.

A filarmonica *Angejense* abrilhantou este acto, assim como o eximio guitarrista Antonio da Silva, que, acompanhado ao violão por Eduardo Santos, nos deliciou com vários numeros de musica do seu selecto e vasto reportorio.

C.

Cacia, 22

Poucas noticias, hoje.

Pela autoridade administrativa foi mandado afixar editaes avisando os proprietarios e mais pessoas que possuam trigo para que declarem por escrito qual a quantidade existente em seu poder afim de habilitar o govêrno a defender o país dos açambarcadores.

= Estão entre nós, vindos de Lisboa, os srs. drs. Antonio Marques da Costa e Manuel Marques da Costa e Honorio da Silva Martins.

= O calor dos ultimos dias tem sido bastante intenso chegando o tremometro a marcar 32 gráus á sombra.

Hoje lá refrescou mais um pouco, havendo quem afiance que teremos mudança de tempo, bréve.

= Por causa dos boatos que correm de novos acontecimentos politicos anunciados para dias proximos, os jornaes teem tido larga procura, lendo-se ávidamente nas horas vagas.

Mas então aos *paivantes* ainda lhes morde o costado?

= Foram daqui no domingo alguns correligionarios nossos assistir ás festas do aniversário do Centro Republicano Democratico de Angeja, que decorreram no meio de grande entusiasmo, como era de esperar.

Abraçámos na risonha freguezia alguns amigos que de Lisboa viéram propositadamente assistir á comemoração, patriotica sob qualquer aspecto porque seja encarada.

C.

Ois da Ribeira, Agueda, 21

Como diziamos, foi posto em liberdade o famoso apostolo de Cristo, pela influencia de quem ele sempre atacou quer politica quer pessoalmente, e de quem ele teria talvez sido um dos carrascos se a jesuitada tivésse levado por deante os seus intentos.

Recorda-nos, a proposito, uma peripecia passada dias antes da *he-*

AVEIRO

roica fantochada monarquica.

Estavamos em Agueda na *garage* do Joaquim Guerra, onde tambem estava, entre outros, o nosso amigo dr. Alegre.

Apareceu á porta da *garaje* o masmarro e outro amigo.

Depois de prepararem qualquer coisa de que naturalmente necessitavam as bicicletas, seguiram, estrada fóra, em direção a Travassô.

Por um méro acaso resolvemos segui-los de perto, conquanto nesse tempo podéssemos fazer o trajecto pelo lado do campo. Mas pela estrada fazia-se a viagem mais comodamente, a biciclete deslisava melhor, e... quem sabe se algum anjo... nos falou ao ouvido!...

Seguimos a curta distancia os dois, sem no entanto chegarmos á fala e até julgámos que sem sermos vistos.

A certa altura, pela ladeira de Paredes, subiamos a pé, e então ouvimos o couceirista dizer ao companheiro: *...é um pulha, um malandro, a quem não dou confiança...*

Evidentemente, sabem a quem se referia.

Mais adeante, já no vale do Salgueiró, tinham os dois parado, estando o homem da sotaina a dar ar na maquina; encobrimo-nos protegidos por uma pequena curva e mais ouvimos: *Diz-me F..., se o Paiva Couceiro entrasse em Portugal, tu para que lado ias?*

Mal percebemos a resposta do companheiro, mas parece-nos que foi mais ou menos esta:

—Não sei, sr. padre... não quero saber de politica?

Parece que nesta ocasião o pseudo-heroi nos avistou, e por isso deixámo-nos atrazar um pouco, fingindo concertar a nossa bicicleta.

Poucos dias depois, pano acima, e apareceu em scena o farçante, na comedia de 29 de Setembro!

Mal pensaria o hipocrita que iria em bréve receber o premio da sua dedicação ao Couceiro.

O pulha, o malandro a quem ele não dava confiança, foi talvez quem mais trabalhou para que o abutre podésse gozar liberdade e continuar os seus feitos, estendendo as aduncas garras aos inocentes e cégos pintainhos, que são aqueles pobres diabos falhos de instrução, mediocres, pelo menos, e que, por conseguinte, não pódem compreender as arremetidas do jesuita, deixando que lhes crave as afiadas garras.

A Republica tem feito bem até aos proprios inimigos. Pois nem assim eles dezarmam, não; mas havemos de desmascarar todos aqueles que nos caírem nas malhas.

Temos ainda muito assunto sobre o masmarro, mas alguem nos pede para nos calarmos.

Iremos, logo á noitinha, encontrarmo-nos com alguns amigos do grupo; vêremos a sua opinião.

Não desejamos lançar uma pedra sobre isto, porque temos a certeza de que por muitas verdades que digâmos, penetrantes como sétas, não chegaremos nunca a vêr o pulha, o malandro, *a quem não dâmos confiança*, arrependido dos seus feitos a ponto do seu arrependimento nos fazer calar.

Se ele fôsse susceptivel de arrependimento, tinha vertido lagrimas de sangué ao vêr o nobre procedimento daquele a quem ele chamou, sem razão, o que nós agora lhe chamâmos, mas... com razão.

Pulha e malandro não é aquele que estava sentado na *garage* do Guerra, mas sim aquele que dizendo-se continuador da obra de Cristo, tenta amotinar os povos, converter inocentes ao crime, desrespeitar as leis do seu país, servir-se da sacristia, digamos da capéla ali de Cabanões, para açular odios contra pacificos cidadãos que cometeram, o *unico e horrivel crime* de serem patriotas; continuador da obra de Cristo, como se Cristo fôsse um malfeitor, um conspirador, que tentasse contra a vida dos seus concidadãos, como se Cristo não tivésse sido um filosofo dos mais sabedores no seu tempo.

=No passado numero tinhamos mais uma incoerencia a citar do masmarro, mas não a pudémos enviar a tempo.

Queremos referir-nos ao convite que ele fez ao nosso dedicado correligionário sr. Antonio José da Costa para servir na comissão que deve festejar o Santo Antonio em 1916.

Pensa o rapazote que o nosso amigo já se esqueceu das afrontas que recebeu dele, quando foi dissolvida a Cultual, de que o nosso amigo era digno tesoureiro. Se o Pimenta de Castro mandou desfeitear os cultualistas, que venha ele agora ser festeiro do Santo Antonio.

Zé d'Ois

✠

Alquerubim, 21

Já começou a colheita do milho dos campos marginaés do Vouga, que este ano é assaz abundante.

= Estão quasi concluidas as vindimas. O vinho rende e hade ser de excelente qualidade.

= Partiu para a praia do Farol de Aveiro a sr.ª D. Adozinda Amador e Pinho e seus filhinhos mais novos.

= Ainda está nesta freguezia a sr.ª D. Margarida Miranda, mãe da distinta medica e escritora D. Domitila de Carvalho, que tambem aqui é esperada por estes dias, acompanhada de seu irmão o sr. dr. Herculano de Carvalho e filhos, estudantes distintos e apaixonados caçadores.

= Retirou desta freguezia, com um ano de licença, o reverendo Francisco Marques Pires de Miranda.

= Estão muito adeantadas as obras da igreja. Continuam os trabalhos do estuque e guarnição exterior da torre. A obra fica elegante e sólida.

C.